



Auditor do Tesouro Municipal

Prova 2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 3 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 4 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 4.3.12 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Pesos
Direito Constitucional	01 a 10	1
Direito Administrativo	11 a 20	1
Direito Financeiro	21 a 30	2
Direito Tributário	31 a 45	2
Contabilidade Pública	46 a 60	2

Boa Prova

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Sobre os direitos fundamentais, como concebidos pelo constituinte de 1988, é correto afirmar:

- a) O direito à vida foi consagrado como um direito absoluto pela Constituição, sendo que em nenhum caso se admite a pena de morte.
- b) O estrangeiro, no Brasil, não é titular de direitos fundamentais.
- c) Pessoas jurídicas não podem ser titulares de direitos fundamentais.
- d) Provas obtidas por meios ilícitos não são admissíveis no processo judicial, mas podem instruir o processo administrativo, em que se busca alcançar a verdade real.
- e) A presunção de inocência, entre nós, não é obstáculo a que o condenado por sentença penal ainda pendente de recurso seja preso para cumprir a pena imposta.

02- Quanto à ação popular, é correto afirmar:

- a) Todo brasileiro pode propor a ação popular.
- b) Um ato praticado por uma empresa pública pode vir a ser objeto de censura em ação popular.
- c) Julgada improcedente a ação popular, o seu autor deverá sempre ser condenado no pagamento dos ônus da sucumbência.
- d) Todo estrangeiro com residência permanente no Brasil, se demonstrar interesse na causa, pode propor ação popular.
- e) A ação popular não é instrumento processual adequado para a proteção do meio ambiente.

Nas questões de 03 a 05, assinale a opção correta.

- 03- a) As normas da Constituição Federal que proclamam direitos sociais não possuem eficácia jurídica, uma vez que dependem sempre de especificação pelo legislador ordinário para que produza algum efeito.
- b) Fere o princípio da isonomia que a lei conceda incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher.
- c) A Constituição Federal determina que a lei estabeleça tratamento diferenciado entre profissionais que desempenham trabalho manual com relação aos que desempenham trabalho intelectual.

- d) Não se pode invocar a liberdade sindical para se criar um novo sindicato, quando já existe organização sindical na mesma base territorial para representar a mesma categoria profissional.
- e) Os trabalhadores são constitucionalmente obrigados a se filiar à organização sindical que representa a sua categoria profissional.

- 04- a) Depende de lei estadual a incorporação de um Município a outro.
- b) O desmembramento de um Município se faz por lei votada na Câmara Municipal do ente a ser desmembrado.
- c) Para a fusão de dois Municípios, as populações respectivas devem se manifestar a respeito, por meio dos seus representantes nas respectivas Câmaras Municipais.
- d) Somente por emenda à Constituição pode ser criado um Estado-membro por desmembramento de outro.
- e) O Congresso Nacional não pode estabelecer restrição à criação de Municípios.

- 05- a) Servidores públicos municipais não têm o direito de constituir associação sindical.
- b) É inconstitucional toda lei que reserve percentual de cargos públicos para portadores de deficiência.
- c) Os vencimentos dos servidores públicos podem ser reduzidos por lei complementar, uma vez que não existe direito adquirido a regime jurídico.
- d) Somente provando a culpa ou o dolo de servidor público, o particular, que sofreu prejuízo decorrente de uma ação dos poderes públicos, poderá receber indenização do Estado.
- e) É inconstitucional a lei que determine que uma certa carreira do serviço público municipal terá sempre o mesmo reajuste de vencimentos que vier a receber carreira semelhante do serviço público estadual.

06- Assinale a opção em que consta ação que se inclui na competência constitucional dos Municípios.

- a) Legislar sobre desapropriação de bens imóveis situados no território municipal, para fins de reforma agrária.
- b) Organizar e manter o Poder Judiciário no Município.
- c) Legislar sobre o número de Vereadores da Câmara Municipal, respeitados os limites estabelecidos na Constituição Federal.
- d) Estabelecer o horário de funcionamento dos bancos estabelecidos no território do Município.
- e) Disciplinar o processo de *impeachment* do Prefeito e demais autoridades políticas municipais.

Nas questões 07 e 08, assinale a opção correta.

- 07- a) Se o Presidente da República não sanciona o projeto de lei no prazo estabelecido para tanto, o projeto é tido como rejeitado.
- b) Não se admite, em nenhum caso, veto parcial de projeto de lei pelo Presidente da República.
- c) Vetado o projeto de lei pelo Presidente da República, a mesma matéria não pode ser objeto de deliberação do Congresso Nacional durante a mesma sessão legislativa.
- d) O Presidente da República não tem competência para apresentar proposta de emenda à Constituição ao Congresso Nacional.
- e) Deve ter início na Câmara dos Deputados a discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.
- 08- a) Os projetos de lei de iniciativa privativa do Prefeito podem ser irrestritamente emendados por vereadores.
- b) Somente por iniciativa do Prefeito a Câmara Municipal pode dar curso a processo legislativo destinado à produção de lei que concede aumento a servidores públicos.
- c) O instrumento da medida provisória não pode ser adotado no âmbito do processo legislativo dos Estados-membros.
- d) A Constituição Federal não estabelece limites de conteúdo à sua própria reforma.

- e) O Congresso Nacional pode disciplinar qualquer matéria da competência legislativa da União por meio de lei complementar.

09- Assinale a opção que alude a matéria que não enfrenta proibição explícita ao uso de medida provisória.

- a) Revogação de artigo do Código Penal.
- b) Alteração de norma do Código de Processo Civil sobre prazo para contestar ações.
- c) Alteração de artigo do Código Civil sobre direito de propriedade.
- d) Reorganização da carreira do Ministério Público.
- e) Alteração de artigo do Código de Processo Penal que estabelece prazo para apelação.

10- Assinale a opção correta.

- a) Lei municipal não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) Por força do princípio da hierarquia das leis, sempre que uma lei municipal estiver em conflito com uma lei votada na Assembléia Legislativa do Estado em que o Município se situa, a lei municipal deverá ser tida como inconstitucional.
- c) O Presidente da República é autoridade competente para propor ação declaratória de constitucionalidade de lei municipal perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) Uma lei não pode ser declarada inconstitucional numa ação declaratória de constitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) O Tribunal de Justiça do Estado não tem competência para declarar a inconstitucionalidade de lei federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11- Com referência aos princípios constitucionais da Administração Pública, é falso afirmar:

- a) a moralidade tem relação com a noção de costumes.
- b) a eficiência vincula-se ao tipo de administração dito gerencial.
- c) a publicidade impõe que todos os atos administrativos sejam publicados em diário oficial.
- d) a observância da legalidade alcança os atos legislativos materiais, ainda que não formais.
- e) a impessoalidade pode significar finalidade ou isonomia.

12- No sistema brasileiro, a noção de pessoa política engloba as seguintes entidades:

- a) Estados-Federados, autarquias e fundações públicas
- b) União Federal e Municípios
- c) Distrito Federal e empresas públicas
- d) Municípios, Distrito Federal e autarquias
- e) Autarquias e fundações públicas

13- Assinale, entre o seguinte rol de entidades para-estatais, de cooperação com o Poder Público, aquela que pode se originar de uma transformação de entidade integrante da Administração Pública Indireta:

- a) serviço social autônomo.
- b) fundação de apoio a instituição federal de ensino superior.
- c) organização da sociedade civil de interesse público.
- d) fundação previdenciária de regime fechado.
- e) organização social.

14- A lei federal que trata da ação popular alude aos elementos do ato administrativo, de forma a apontar os atos lesivos ao patrimônio público. Assinale no rol seguinte o vício que não está presente na citada legislação:

- a) ausência de motivação
- b) incompetência
- c) desvio de finalidade
- d) vício de forma
- e) ilegalidade do objeto

15- Com referência ao ato administrativo normativo, assinale a afirmação falsa.

- a) O ato normativo tem precedência hierárquica sobre o ato individual.
- b) O ato normativo é sempre revogável.
- c) O ato normativo não pode ser impugnado na via administrativa, por meio dos recursos administrativos ordinários.
- d) O ato normativo tem natureza de ato vinculado, pois não pode exorbitar da lei.
- e) O ato normativo não pode ser impugnado, judicialmente, diretamente pela pessoa lesada, mas apenas pela via de arguição de inconstitucionalidade.

16- Considerando-se os poderes administrativos, relacione cada poder com o respectivo ato administrativo e aponte a ordem correta:

- 1- poder vinculado
- 2- poder de polícia
- 3- poder hierárquico
- 4- poder regulamentar
- 5- poder disciplinar

- () decreto estadual sobre ICMS
- () ato de autorização para funcionamento de estabelecimento comercial
- () apreensão de mercadoria estragada em depósito alimentício
- () aplicação de penalidade administrativa a servidor desidioso
- () delegação de competência a autoridade inferior

- a) 3/2/5/4/1
- b) 4/1/2/5/3
- c) 1/2/3/5/4
- d) 2/5/4/1/3
- e) 3/1/2/4/5

17- No âmbito da legislação de licitação, existe vedação para a contratação direta, com base em inexistência por notória especialização, de serviços de:

- a) publicidade e divulgação.
- b) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.
- c) auditorias financeiras ou tributárias.
- d) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.
- e) restauração de obras de arte.

18- Tratando-se de concessão de serviços públicos, assinale a afirmativa falsa.

- a) É permitida a subconcessão desde que prevista no contrato, autorizada expressamente pelo poder concedente e precedida de concorrência.
- b) A transferência de concessão ou do controle acionário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.
- c) Os contratos celebrados entre a concessionária e terceiros, para o desenvolvimento de atividades complementares ao serviço concedido, reger-se-ão pelas mesmas regras do contrato de concessão.
- d) Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade do serviço.
- e) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua esta responsabilidade.

19- A mais recente Emenda Constitucional ao artigo 37 da Constituição Federal, datada de 2001, alterou uma regra relativa à exceção ao princípio de não-acumulação remunerada de cargos públicos. Esta alteração referiu-se à possibilidade da seguinte acumulação lícita:

- a) dois cargos de professor.
- b) um cargo técnico e outro de provimento em comissão.
- c) um cargo de professor e outro técnico ou científico.
- d) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- e) um cargo de provimento em comissão, de recrutamento amplo, e os proventos de servidor aposentado.

20- O servidor público no exercício de mandato eletivo de Vereador:

- a) afasta-se, em qualquer situação, de seu cargo, emprego ou função.
- b) havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- c) será afastado de seu cargo, emprego ou função, havendo compatibilidade ou não de horários, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos, em caso de afastamento.
- e) só terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos, caso não se afaste do exercício de seu cargo.

DIREITO FINANCEIRO

21- Marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando em seguida a opção correspondente.

- () Cabe exclusivamente ao Banco Central exercer a competência da União para emitir moeda.
- () Apenas em caráter excepcional, nos casos expressamente previstos em lei, poderá o Banco Central conceder empréstimos ao Tesouro Nacional.
- () É vedado ao Banco Central comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional com o objetivo de regular a taxa de juros.
- () Apenas nos casos previstos em lei, poderão os Municípios deixar de depositar as suas disponibilidades de caixa em instituições financeiras oficiais.

- a) V, V, V, V
- b) V, F, F, V
- c) V, F, V, V
- d) F, V, V, F
- e) F, F, F, F

22- Relativamente à fiscalização da execução orçamentária nos Municípios, é correto afirmar que:

- a) será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle de cada Poder.
- b) para o auxílio na realização do controle externo, poderão ser criados Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, pelos Municípios.
- c) o controle externo é exercido pela Câmara Municipal, que somente por decisão de dois terços dos seus membros poderá deixar de acatar o parecer prévio emitido pelo órgão competente.
- d) o controle interno será exercido na forma do disposto em lei municipal.
- e) omitindo-se o Prefeito Municipal quanto ao dever de prestar contas anualmente, poderá ser decretado o seu impedimento pela Corte de Contas do Estado.

23- De acordo com qual princípio todas as receitas e despesas devem estar previstas na lei orçamentária?

- a) princípio da universalidade
- b) princípio da exclusividade
- c) princípio da unidade
- d) princípio da programação
- e) princípio da não-afetação

24- Os créditos destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são denominados de:

- a) créditos extraordinários
- b) créditos orçamentários
- c) créditos suplementares
- d) créditos fictícios
- e) créditos especiais

25- Constituem receitas públicas derivadas:

- a) reparações de guerra e prescrições aquisitivas
- b) preços públicos e doações
- c) tributos e penalidades pecuniárias
- d) bens vacantes e tributos
- e) preços públicos e multas

26- A receita que decorre da exploração, pelo Estado, de seus próprios bens denomina-se de:

- a) receita especulativa
- b) receita transferida
- c) receita derivada
- d) receita originária
- e) receita indenizatória

27- Não compreende renúncia de receita:

- a) a anistia
- b) a remissão
- c) o subsídio
- d) o crédito presumido
- e) a isenção em caráter geral

28- Sobre as despesas públicas, é correto afirmar que:

- a) não podem ser efetuadas sem a prévia autorização do Poder Legislativo.
- b) são despesas correntes as de custeio e as de amortização da dívida pública.
- c) as despesas de capital comportam os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital.
- d) as despesas com pessoal dos Municípios não poderão exceder o limite de sessenta por cento da receita corrente líquida.
- e) nos Municípios com fundo previdenciário, os gastos líquidos com aposentados e pensionistas não poderão superar os doze por cento da receita líquida.

29- Para receberem transferências voluntárias, os Municípios não deverão comprovar que:

- a) instituíram e arrecadam efetivamente todos os tributos de sua competência, no que se refere aos impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) estão em dia com os pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor.
- c) estão cumprindo os limites constitucionais relativos aos gastos com saúde e educação.
- d) os limites relativos a pessoal, dívidas e operações de crédito, bem como as condições para inscrição em restos a pagar, estão sendo respeitados.
- e) seu orçamento prevê a contrapartida.

30- Relativamente às limitações das ações dos Prefeitos Municipais no último ano do seu mandato, é incorreto afirmar que:

- a) são proibidas as operações de crédito por antecipação da receita.
- b) nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal.
- c) se a despesa com pessoal exceder o limite já no primeiro quadrimestre, as sanções de proibição de contratar operações de crédito, suspensão de transferências voluntárias e obtenção de garantia, aplicam-se imediatamente.
- d) nos últimos oito meses do mandato, é vedado contrair despesa que não possa ser paga integralmente dentro dele, ainda que, relativamente às parcelas a serem pagas no exercício seguinte, haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.
- e) nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, é vedada a contratação de operações de crédito.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31- Nos termos do Código Tributário Nacional, a natureza jurídica específica do tributo é determinada:

- a) pelos dispositivos da Constituição Federal que disciplinam as espécies tributárias neles previstas.
- b) pela denominação e demais características formais do tributo, estabelecidas na lei que o institui.
- c) pela base de cálculo e a alíquota do tributo, fixadas em lei.
- d) pelo fato gerador da respectiva obrigação.
- e) pela destinação constitucionalmente conferida ao produto da arrecadação do tributo.

32- Assinale a opção que apresenta resposta correta.

- a) Aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal pertence o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias, empresas públicas e fundações que instituírem e mantiverem.
- b) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- c) Do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados e da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – CPMF, a União entregará três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer.
- d) A União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios dez por cento do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal vinte por cento do produto da arrecadação dos impostos extraordinários que a União instituir por motivo de guerra externa.

33- Avalie as formulações seguintes e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. Em consonância com a Constituição Federal, medida provisória que implique majoração do imposto sobre propriedade territorial rural só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
 - II. De conformidade com a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham o Código Tributário Nacional ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
 - III. Os dispositivos de lei que definem novas hipóteses de incidência, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda, entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, conforme estabelece o Código Tributário Nacional.
 - IV. Determina o Código Tributário Nacional que, salvo disposição em contrário, os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor na data da sua publicação.
- a) Apenas as formulações I, II e III são corretas.
 - b) Apenas as formulações I, II e IV são corretas.
 - c) Apenas as formulações I, III e IV são corretas.
 - d) Apenas as formulações II, III e IV são corretas.
 - e) Todas as formulações são corretas.

34- Em consonância com a Constituição Federal, somente a União é dotada de competência tributária para instituir:

- a) imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, empréstimos compulsórios e contribuição de intervenção no domínio econômico.
- b) imposto sobre propriedade territorial rural, imposto sobre serviços de transporte internacional e contribuição de intervenção no domínio econômico.
- c) empréstimos compulsórios, imposto sobre grandes fortunas e contribuição social para custeio de sistemas de previdência e assistência social.
- d) imposto sobre produtos industrializados, imposto sobre transmissão de bens imóveis situados no exterior e contribuição de interesse de categorias econômicas ou profissionais.
- e) impostos extraordinários na iminência ou no caso de guerra externa, imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza e contribuição social para custeio de sistemas de previdência e assistência social.

35- Assinale a resposta correta.

- a) A Constituição Federal permite que os serviços de telecomunicações sejam alcançados pela incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios.
- b) É permitido aos Municípios editar leis que visem a conceder isenções, incentivos ou benefícios fiscais, que resultem, direta ou indiretamente, na redução da alíquota mínima de 2%, incidente sobre determinados serviços de qualquer natureza, prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, enquanto a União não expedir lei complementar que discipline a matéria.
- c) De acordo com a Constituição Federal, os Municípios não têm competência para instituir contribuição que se destine ao custeio de serviço municipal de iluminação pública.
- d) Cabe a lei complementar da União excluir da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos Municípios, exportações de serviços para o exterior.

- e) Em relação ao imposto sobre propriedade predial e territorial urbana, é vedada pela Constituição Federal a adoção de alíquotas diferentes em razão da localização e do uso do imóvel.

36- É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos. No entanto, de acordo com o Código Tributário Nacional, tal imunidade tributária é subordinada à observância, pelas referidas instituições, do seguinte requisito, entre outros:

- a) aplicarem integralmente, no Brasil ou em suas controladas no exterior, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais.
- b) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.
- c) no caso de instituições de educação, oferecerem gratuitamente pelo menos 50% das vagas de seus cursos regulares a alunos carentes.
- d) não remunerarem seus empregados com salários superiores aos pagos por empresas públicas, em se tratando de cargos de iguais atribuições.
- e) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado.

37- Conforme estabelece o Código Tributário Nacional, a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou exclusão do crédito tributário é interpretada:

- a) da maneira mais favorável ao sujeito passivo, em caso de dúvida quanto à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos.
- b) mediante aplicação do método teleológico.
- c) mediante aplicação do método sistemático.
- d) de tal modo que o emprego da equidade implique dispensa de tributo devido, quando a autoridade tributária competente, à vista de disposição normativa expressa, não puder utilizar a analogia.
- e) literalmente.

38- Estabelece o Código Tributário Nacional que, salvo disposição de lei em contrário, a solidariedade tributária produz o seguinte efeito, entre outros:

- a) a interrupção da decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.
- b) a isenção ou anistia de crédito tributário, concedida em caráter geral, exonera todos os obrigados, mas se concedida pessoalmente a um deles, a solidariedade subsiste, quanto aos demais, pelo saldo.
- c) o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- d) a isenção ou remissão de crédito tributário exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo.
- e) não liquidado, no prazo legal, o crédito tributário da Fazenda Pública, o co-devedor que for prejudicado, em virtude da omissão do sujeito passivo principal no cumprimento da obrigação tributária, fará jus ao benefício de ordem.

39- Avalie as formulações seguintes, observadas as disposições pertinentes ao tema "competência tributária", constantes do Código Tributário Nacional, e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.
 - II. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencem à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
 - III. A atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
 - IV. A atribuição das funções de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.
- a) Apenas as formulações I, II e III são corretas.
 - b) Apenas as formulações II, III e IV são corretas.
 - c) Apenas as formulações I, III e IV são corretas.
 - d) Apenas as formulações II e IV são corretas.
 - e) Todas as formulações são corretas.

40- Sobre o tema "responsabilidade tributária", é correto afirmar, em consonância com o Código Tributário Nacional, que:

- a) a responsabilidade por infrações da legislação tributária é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, assim considerada aquela que o sujeito passivo apresenta espontaneamente no prazo máximo de trinta dias, contado da data de início do procedimento de fiscalização relacionado com a infração, desde que não tenha sido lavrado auto de infração pela fiscalização tributária.
- b) sem prejuízo da responsabilidade tributária atribuída diretamente pelo Código Tributário Nacional, nas hipóteses que menciona, lei ordinária pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pessoal pelo crédito tributário a terceira pessoa sem vínculo com o fato gerador da respectiva obrigação, excluindo totalmente a responsabilidade do contribuinte.
- c) entre outras pessoas arroladas pelo Código Tributário Nacional, os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado e os administradores de bens de terceiros são pessoalmente responsáveis pelos créditos da Fazenda Pública correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- d) o sucessor a qualquer título, o cônjuge meeiro e os serventuários da Justiça, nos atos em que intervierem, são pessoalmente responsáveis pelos tributos devidos pelo *de cujus* até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão do legado ou da meação.
- e) a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde integralmente pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato, se o alienante prosseguir na exploração ou iniciar dentro de seis meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

41- Assinale a resposta correta, em consonância com as disposições pertinentes ao tema "crédito tributário", constantes do Código Tributário Nacional.

- a) Extinguem o crédito tributário a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, o pagamento, a decadência, a anistia.
- b) Extinguem o crédito tributário a transação, o depósito do seu montante integral, a compensação, a decisão judicial passada em julgado.
- c) A isenção e a remissão excluem o crédito tributário.
- d) Suspendem a exigibilidade do crédito tributário a moratória, a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em ação judicial, a conversão de depósito em renda, as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
- e) Extinguem o crédito tributário a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei, a transação, a prescrição, a compensação.

42- Avalie as formulações seguintes, observadas as disposições pertinentes ao tema "crédito tributário", constantes do Código Tributário Nacional, e, ao final, assinale a opção que corresponde à resposta correta.

- I. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
- II. O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
- III. Salvo disposição de lei em contrário, quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á a conversão em moeda nacional ao câmbio do dia de vencimento do prazo fixado para pagamento do tributo.
- IV. A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento, somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

- a) Apenas as formulações I, II e IV são corretas.
- b) Apenas as formulações II, III e IV são corretas.
- c) Apenas as formulações I, III e IV são corretas.
- d) Apenas as formulações I e IV são corretas.
- e) Todas as formulações são corretas.

43- Sobre prescrição e decadência em direito tributário, julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal em 6 de outubro de 1982 considerou que, com a lavratura do auto de infração, consuma-se (1)..... do crédito tributário; que, por outro lado, a decadência (2)..... no período anterior a essa lavratura; depois, entre a ocorrência dela e até que flua o prazo para a interposição do recurso administrativo, ou enquanto não for decidido o recurso dessa natureza de que se tenha valido o contribuinte, não mais corre prazo para (3)....., e ainda não se iniciou a fluência de prazo para (4).....; decorrido o prazo para interposição do recurso administrativo, sem que ela tenha ocorrido, ou decidido o recurso administrativo interposto pelo contribuinte, há a constituição definitiva do crédito tributário, a que alude o artigo 174 do Código Tributário Nacional, começando a fluir, daí, o prazo de (5)..... da pretensão do fisco.

Assinale a opção que preenche corretamente os espaços numerados e pontilhados do texto.

- a) (1) a constituição (2) é admissível (3) decadência (4) decadência (5) prescrição
- b) (1) a constituição definitiva (2) não é admissível (3) prescrição (4) decadência (5) prescrição
- c) (1) o lançamento (2) só é admissível (3) decadência (4) prescrição (5) prescrição
- d) (1) o aperfeiçoamento (2) não se verifica (3) prescrição (4) prescrição (5) prescrição
- e) (1) a constituição provisória (2) só ocorre (3) prescrição (4) exigibilidade do crédito tributário (5) prescrição

44- Observadas as prescrições constantes do Código Tributário Nacional sobre o tema "pagamento indevido de tributos", é incorreto afirmar que:

- a) a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- b) o direito de pleitear restituição de tributos extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contado da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tiver reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória.
- c) a restituição de tributos vence juros capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.
- d) a restituição total ou parcial do tributo pago indevidamente dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter meramente formal não prejudicadas pela causa da restituição.
- e) o prazo de prescrição da ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributos é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da Fazenda Pública interessada.

45- Prevê a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, que, nos crimes contra a ordem tributária cometidos em quadrilha ou co-autoria, o co-autor ou partícipe que por meio de confissão espontânea revelar à autoridade policial ou judicial toda a trama delituosa:

- a) ficará isento da pena de multa e terá, nos termos do Código Penal, reduzida a sua pena de detenção ou reclusão.
- b) fará jus à redução de um terço da sua pena, exceto no caso de pena de reclusão.
- c) terá a sua pena reduzida de um a três quartos, se for réu primário.
- d) ficará isento das penas de multa, detenção ou reclusão.
- e) terá a sua pena reduzida de um a dois terços.

CONTABILIDADE PÚBLICA

46- Compete à Contabilidade Pública destacar os fatos ligados à Administração:

- a) Financeira, Industrial, Comercial e Patrimonial.
- b) Orçamentária, Comercial, Tributária e Industrial.
- c) Tributária, Comercial, Industrial e Comercial.
- d) Patrimonial, Orçamentária, Financeira e Industrial.
- e) Comercial, Patrimonial, Financeira e Tributária.

47- Constituem fontes das Receitas Públicas:

- a) Receitas Derivadas e Receitas Complementares.
- b) Receita Patrimonial e Receitas Consolidadas.
- c) Receita Tributária e Receitas Complementares.
- d) Receita Extraordinária e Receita Judicial.
- e) Receita Tributária e Receita Patrimonial.

48- Inscreve-se como Restos a Pagar a parcela da diferença entre a despesa

- a) fixada e paga.
- b) empenhada e paga.
- c) fixada e liquidada.
- d) autorizada e paga.
- e) empenhada e liquidada.

49- O estágio da Despesa Pública que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo como base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, é:

- a) Pagamento da Despesa.
- b) Empenho da Despesa.
- c) Liquidação da Despesa.
- d) Contabilização da Despesa.
- e) Classificação da Despesa.

50- São consideradas Receitas de Capital:

- a) Alienação de Bens Imóveis, Investimentos e Restituição.
- b) Alienação de Bens Móveis, Operações de Crédito Internas e Externas.
- c) Operações de Créditos Externos, Receita de Dívida Ativa e Indenizações.
- d) Restituição, Dívida Ativa e Restos a Pagar.
- e) Alienação de Títulos Mobiliários, Tarifas de Pedágio e Arrendamentos.

51- A Dívida Pública contraída a curto prazo, para fazer face a despesas imediatas de Caixa, denomina-se:

- a) Dívida Flutuante
- b) Dívida Consolidada
- c) Dívida Fundada
- d) Dívida Suplementar
- e) Dívida Ativa

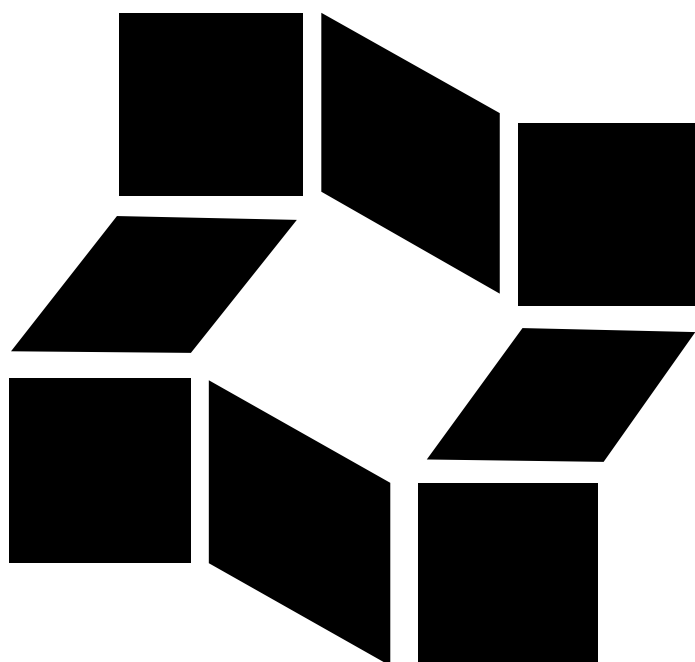
52- Assinale a afirmativa correta.

- a) Na Contabilidade Pública, a conta Tesouraria será sempre credora.
- b) A Proposta Orçamentária é uma Lei Orçamentária.
- c) Na Contabilidade Pública, Dívida Ativa corresponde aos compromissos do Poder Público.
- d) Na Contabilidade Pública, a Dívida Ativa corresponde às receitas lançadas e não arrecadadas no exercício de lançamento.
- e) Na Contabilidade Pública, Restos a Pagar são as despesas pagas no exercício.

53- Considera-se Variação Patrimonial Ativa independente da Execução Orçamentária:

- a) Cobrança da Dívida Ativa e Ágio sobre Ações.
- b) Incorporação de bens e Inscrição de Dívida Ativa.
- c) Alienação de Bens e Desincorporação de Bens.
- d) Cancelamento da Dívida Ativa e Alienação de Títulos e Valores.
- e) Desincorporação de Bens e Cobrança da Dívida Ativa.

- 54- Assinale a opção correta que corresponde às contas Classificáveis nas Variações Ativas, independentes da Execução Orçamentária:
- Cobrança de Dívida Ativa e Investimento.
 - Empréstimos Concedidos e Alienação de Bens.
 - Receita de Contribuições e Inversões Financeiras.
 - Inscrição da Dívida Ativa e Incorporação de Bens recebidos em doação.
 - Cancelamento de Dívidas Passivas e Despesas de Capital.
- 55- Acerca do Balanço Orçamentário, previsto no artigo 102 da Lei nº 4.320/64, é incorreto afirmar que:
- se a receita executada superar a receita prevista, significará que ocorreu uma insuficiência na previsão orçamentária.
 - sendo obedecido estritamente o princípio do equilíbrio, a despesa executada não poderá superar a receita executada.
 - o superávit orçamentário resultará também de superávit corrente combinado com déficit de capital.
 - quando encontramos superávit do orçamento de capital, significa dizer que as receitas de capital superam as despesas de capital.
 - se a receita de capital denominada de operações de crédito superar a despesa de capital intitulada amortização da dívida, terá ocorrido uma redução no endividamento.
- 56- Na Contabilidade Pública, constituem contas do Ativo Financeiro:
- Duplicatas a Pagar e Tesouraria.
 - Bancos e Fornecedores.
 - Duplicatas a Receber e Duplicatas a Pagar.
 - Fornecedores e Duplicatas a Receber.
 - Bancos e Tesouraria.
- 57- O Balanço que demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas é:
- Balanço Orçamentário.
 - Balanço Financeiro.
 - Balanço Patrimonial.
 - Balanço de Orçamento e Finanças.
 - Balanço de Compensação.
- 58- Um ingresso de numerário será extra-orçamentário quando corresponder:
- à entrada compensatória no ativo e passivo financeiro e que não tenha sido prevista em lei.
 - ao aumento de ativo financeiro realizável.
 - à diminuição de passivo financeiro.
 - à diminuição de ativo permanente.
 - ao aumento de passivo permanente.
- 59- Quanto ao Balanço Patrimonial exigido pela Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que:
- no passivo financeiro, encontram-se contas que serão utilizadas para definir o valor a ser acrescentado ao orçamento como crédito adicional.
 - no passivo permanente, devem ser demonstrados os valores referentes à dívida flutuante.
 - o saldo patrimonial é obtido pela comparação de ativo financeiro e permanente com passivo financeiro e permanente.
 - no ativo e passivo compensado, são demonstrados os valores do orçamento aprovado.
 - o mesmo possui estrutura idêntica à do demonstrativo exigido pela Lei nº 4.320/64.
- 60- A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará:
- as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.
 - as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie de exercício anterior os quais transferem para o exercício seguinte.
 - as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indicará o resultado patrimonial do exercício.
 - os bens, créditos e valores cuja mobilização depende de autorização legislativa.
 - os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e valores numerários.



ESAF